



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

***"Mudanças Climáticas, Mitigação e Adaptação: Papel dos
Parlamentos Rumo à Implementação do Acordo de Paris e do
Roteiro de Katowice"***

**Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da
República de Moçambique, por Ocasão da Cerimónia de Abertura
da 45^a Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC**

Maputo, 21 de Julho de 2019

Senhora Presidente da Assembleia da República e do Fórum Parlamentar da SADC;

Senhores Presidentes e Vice-Presidentes dos Parlamntos Nacionais dos Países Membros da SADC;

Senhora Presidente do Grupo Regional das Mulheres do Fórum Parlamentar;

Senhores Altos Dignatários dos Órgãos de Soberania;

Senhora Governadora da Cidade de Maputo;

Senhor Quarto Vice-Presidente do Parlamento Pan-Africano;

Senhor Vice-Presidente do Fórum Parlamentar da SADC;

Senhores Ministros e Vice-Ministros;

Senhores Deputados do Fórum Parlamentar da SADC;

Senhores Membros do Corpo Diplomático;

Estimados Deputados da Assembleia da República;

Senhora Secretária-Geral Interina do Fórum Parlamentar da SADC;

Senhores Representantes de Partidos Políticos aqui presentes;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras, Meus Senhores!

Apraz-me, em nome do Povo moçambicano, saudar e desejar boas-vindas aos distintos Membros do Fórum Parlamentar da SADC, à Cidade de Maputo, Capital de Moçambique, a pérola do Índico.

Saudamos, vivamente, a iniciativa do Fórum Parlamentar da SADC pela realização desta Sessão Plenária em Moçambique e pela escolha do Lema: *"Mudanças Climáticas, Mitigação e Adaptação: Papel do Parlamento Rumo à implementação do Acordo de Paris e do Roteiro de Katowice"*.

Trata-se duma matéria tão oportuna quanto actual e com profundo significado para o povo moçambicano que, recentemente, sofreu a perda de vidas humanas e a destruição de infra-estruturas sociais e económicas como resultado da passagem dos Ciclones tropicais IDAI e KENNETH.

Estes ciclones, que afectaram a África Austral, causaram igualmente, luto e destruição nos países vizinhos de Moçambique, nomeadamente, no Zimbabwe e Malawi.

Em memória de todas as vítimas dos ciclones IDAI e Kenneth, nestes países, peço que observemos um minuto de silêncio.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

A estes desastres naturais e seus efeitos nefastos e devastadores, junta-se a seca severa que assola a nossa região.

Permitam-me que use este espaço para manifestar a nossa gratidão, aos vossos países, Governos e Povos que, em momento tão difícil, se juntaram a nós, dando apoio material e todo o tipo de solidariedade.

O Povo moçambicano jamais se esquecerá do amor e calor, de primeira linha, recebido dos irmãos da SADC.

Senhores Deputados;

Estimados Convidados!

Está ainda fresca na nossa memória a vossa presença entre nós, em Dezembro de 2018, aquando da vossa Quadragésima Quarta Assembleia Plenária que teve como tema de fundo o debate sobre a **"Transformação do Fórum Parlamentar da SADC em Parlamento Regional"**.

Na ocasião, e tal como recomendado pela Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC, encorajámo-vos que, de forma pragmática, continuassem a avaliar a viabilidade da transformação do Fórum Parlamentar em Parlamento Regional.

O desejo de ver o Fórum transformado em Parlamento Regional deve ter como propósito último responder aos anseios dos nossos povos e Estados de verem consolidados os direitos de cidadania e da edificação do Estado de Direito Democrático, nos nossos países, em particular e na região, como um todo.

O processo de integração regional, cuja génese remonta aos Países da Linha da Frente, tem vindo a consolidar-se na nossa região.

A nossa história, caracterizada pela luta comum contra o colonialismo e o Apartheid, forjou laços inquebrantáveis, que têm permitido uma forte

concertação político-diplomática, assim como a prevalência da Paz, segurança e estabilidade na região, factores indispensáveis para a contínua promoção do crescimento e desenvolvimento económico e consolidação da democracia de cada um dos nossos Estados.

Como fruto da integração regional, hoje a região beneficia da livre circulação de pessoas e bens, permitindo uma maior aproximação, complementaridade e harmonização das políticas públicas, bem como duma cooperação *win-win* entre os nossos países.

Respeitados Parlamentares!

A ocorrência, cada vez mais frequente, dos fenómenos naturais catastróficos têm afectado, negativamente, os esforços nacionais e regionais, visando criar o bem-estar e consolidar os progressos alcançados no âmbito do desenvolvimento sócio-económico.

Cientes da vulnerabilidade da nossa região a estes fenómenos extremos, Moçambique tem estado a implementar os compromissos assumidos a nível regional, plasmados na Estratégia e Plano de Acção de Mudanças Climáticas da SADC e, a nível global, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e os compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris.

É neste sentido que saudamos, de forma reiterada, o Fórum Parlamentar da SADC, pela oportuna escolha deste tema, que demonstra o engajamento dos parlamentares da região, na procura de soluções para os problemas reais, que afectam os nossos povos.

Estamos certos de que, dos debates desta Assembleia Plenária, resultarão deliberações que ajudarão a definir, a nível interno e regional, planos e estratégias que permitirão minorar o sofrimento das nossas populações.

Como é do vosso conhecimento, as mudanças climáticas compreendem um conjunto de alterações no comportamento do clima causado por acúmulo excessivo, durante 150 anos, de seis tipos de gases da família do carbono (CO₂) e Metano (CH₄).

A nossa história planetária evidencia que a revolução industrial registou queima desenfreada de combustíveis fósseis como petróleo e carvão, tendo acelerado a emissão com efeito de estufa.

Dados tornados públicos indicam que há 30% a mais de gás nocivo na atmosfera do que antes da Revolução Industrial e testemunham dois factos importantes a saber:

- O Século XX foi, em comparação aos anteriores, aquele que registou um aumento da temperatura Global, que atingiu 0.7%, mostrando que os últimos dez anos foram os mais quentes de toda a história da humanidade;
- Mas também é um facto que é na nossa era que aumentou o nível de consciência sobre os problemas ambientais, mercê das abordagens científicas que expuseram ao mundo inteiro, os desastres e crimes ambientais, a perda da biodiversidade e a destruição de ecossistemas que têm como seu corolário, as mudanças climáticas.

Os factos que acabo de descrever imputam, sem dúvidas, maior responsabilidade sobre a nossa geração e às gerações vindouras, sobre a importância de saber usar as descobertas e lições apreendidas sobre as mudanças climáticas para imprimir maior dinâmica na implementação do preceituado no Acordo de Paris e no Roteiro de *Katowice*.

O Roteiro de Katowice assenta na necessidade do chamamento global que desperte, de forma determinada, a humanidade para o seguinte: ***Não basta descobrir, urge agir para que a natureza volte a sorrir.***

Senhora Presidente da Assembleia da República e do Fórum Parlamentar da SADC;

Senhores Deputados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O Acordo de Paris prevê a descarbonização da economia mundial, com o objectivo de diminuir e neutralizar as emissões de gases na atmosfera, através de medidas de Adaptação e Mitigação.

Consciente dos impactos negativos das mudanças climáticas e visando mitigar os seus efeitos nefastos, Moçambique adoptou, dentre outras, as medidas seguintes:

Através da Assembleia da República, ratificou o Acordo de Paris, em Junho de 2018, passando a fazer parte da constelação de países que contribuem para o esforço global de manter a temperatura abaixo de 2°C;

O nosso Governo aprovou o Conjunto de Medidas de Adaptação e Mitigação designadas por Contribuição Nacionalmente Determinada, que vinculam todos os sectores de actividade, para adoptarem medidas em conjunto para travar o aquecimento global;

Outro passo importante dado pelo Governo de Moçambique foi a aprovação, pelo Conselho de Ministros, do Regulamento para a implementação de programas e Projectos para a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, Conservação e Aumento das Reservas de Carbono.

Para dar mais pujança às medidas contra o aquecimento global, a Assembleia da República cumpriu com o seu papel, tendo, no princípio deste ano de 2019, ratificado a **Emenda de Kigali**, cuja implementação gradual é a substituição do gás usado na indústria de refrigeração por gás menos nocivo à atmosfera e, sendo exemplo disso, as práticas introduzidas no sector industrial e de supermercados de grande superfície.

O nosso país, para além do acima referido, tem registado avanços significativos no cumprimento do Acordo de Paris, a saber:

- 30% do território nacional está reservado às áreas de conservação, Locais, por excelência, de emissão de oxigénio.

Esta percentagem poderá subir com a aprovação do Plano Nacional de Ordenamento territorial e Ordenamento do espaço marinho, ambos em curso.

- O Inventário florestal actualizado em 2018, permitiu a proibição de abate de novas espécies em extinção e diminuição do corte anual de madeira;
- O Censo do Elefante actualizado em 2018, onde se avalia o progresso da sua protecção, - dada a relação entre o elefante e a produção de florestas.
- O Reforço do sistema de aviso prévio que permitiu que a ocorrência de fenómenos naturais, como foi o caso dos ciclones IDAI e KENNETH, as pessoas fossem notificadas e movimentadas, a tempo, para locais seguros;
- A Tendência de Redução dos níveis de desmatamento nos últimos três anos;
- O agravamento da moldura penal para crimes contra a biodiversidade ao criminoso e seus coniventes;
- A redução de vulnerabilidade e gestão de riscos relativos às mudanças climáticas e eventos extremos, através da efectiva implementação de programa de adaptação; e
- A Promoção da mitigação de emissões de gases de efeito estufa, tomando em consideração as nossas capacidades.

Por sua vez, o Roteiro de Katowice sobre a transparência climática, decreta uma ordem global baseada em regras e insta o mundo a monitorar as suas iniciativas de redução de gases com efeito de estufa.

Neste aspecto particular, urge a necessidade de uma concertação global regular para se aferir o grau do cumprimento do Roteiro de Katowice, pelas nações industrializadas, maiores emissoras de gás e pelas nações menos poluidoras e vítimas dos desastres naturais, como é o caso de Moçambique.

Apelamos aos parlamentares do Fórum para uma advocacia vigorosa para a actualização da Estratégia e Plano de Acção da SADC sobre Mudanças Climáticas, incluindo acções concertadas, pesquisa e partilha de informação para melhor gestão da prevenção e dos impactos negativos dos desastres naturais a que a região da SADC está exposta.

Distintos Deputados;

Caros Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Gostaríamos de aproveitar esta ocasião para nos dirigirmos aos parlamentares da região, deixando-vos o desafio da aprovação, caso não os tenham, dos Planos Nacionais de Ordenamento Territorial e Espaço Marinho, instrumentos que irão contribuir para travar a devastação ambiental a que assistimos actualmente e promover a harmonia entre o homem e natureza.

Estes Instrumentos deverão prever a protecção da vegetação das margens e dos deltas dos rios, mangais, das terras húmidas, corredores de animais, santuários, plantações florestais, reserva de florestas para

sequestro de carbono, reservas marinhas, novas e justificadas áreas de Conservação e promoção de áreas de Conservação Comunitária.

A terminar manifestamos a nossa disposição de continuarmos a trabalhar com os Estados Membros da SADC, para a implementação de programas regionais que visam tornar os nossos países mais resilientes às mudanças climáticas.

Desejamos aos participantes desta Assembleia Plenária debates abertos, francos e frutuosos e que as deliberações tomadas em Maputo contribuam para a consolidação da integração regional na África Austral.

Com estas palavras, **declaro aberta a 45^a Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC.**

Pela atenção dispensada, muito obrigado!